

FONTE : FSP

CLASS. : 2007

DATA : 26 07 91

PG. : 1-2

Um conselho do barão

José Sarney

O povo ianomami é talvez o povo mais antigo da Terra, cerca de 50 mil anos. É um patrimônio do Brasil. Se ele existe, é porque o Brasil o conservou até hoje, quando outros países dizimaram os seus índios. O padre Vieira dizia que o sofrimento da América era castigo pelo sangue e injustiça cometida contra nossos índios.

Presidente, determinei que antropólogos e sociólogos, com apoio de outras equipes, fizessem um completo levantamento dessa região indígena. Recenseamos 9.910 ianomamis e, com estes, cerca de mil mayongongs, esquecidos até mesmo do noticiário, e em pior estado. Criamos 19 reservas indígenas, com cerca de 200 hectares para cada índio, média maior que a média nacional. Elas foram demarcadas e protegidas pela Floresta Nacional de Roraima, pela Floresta Nacional do Amazonas e o Parque Nacional do Pico da Neblina, nove milhões de hectares criados por mim, intocáveis em face da legislação e sujeitos à jurisdição do Ibama e da Funai. A mesma orientação foi seguida com os ticunas e os tucanos, no alto Solimões e na Cabeça do Cachorro. A filosofia é criar um colchão de proteção para as reservas indígenas, sempre vulneráveis à cooptação dos caciques pelos especuladores de madeira, que têm devastado os territórios dos índios.

O problema da invasão dessas áreas não é só de polícia, mas de cultura. O homem branco não respeita nem leis nem limites em sua cobiça, e o Estado não dispõe de condições de exercer o seu poder de fiscalização e controle.

Não tivemos unanimidade quanto à criação das florestas nacionais. Muitos desejavam estender a área indígena até o limite da fronteira. Não existe nenhuma aldeia ianomami junto à linha de fronteira. As mais próximas estão afastadas desta cerca de 20 km. Levar desnecessariamente demarcação de uma reserva indígena até o limite da fronteira, essa linha invisível onde vai a soberania nacional, sob a argumentação de que na Venezuela existe o mesmo grupo étnico, que fala a mesma língua, com território contínuo, é reconhecer os ingredientes de um Estado autônomo, o germen futuro da divisão do país e uma porta de entrada de grandes interesses na Amazônia, logo na Serra da Neblina, onde se encontra a maior província mineral do Brasil. Não estou vendo fantasma ao meio-dia. Li essa pretensão em documentação enviada do exterior.

Uma vez d. Ivo Lorscheider veio falar-me sobre a reserva ianomami. Ele trazia a reivindicação de a reserva indígena incluir uma área que chegava até a fronteira. D. Ivo é um homem em que a fé e a vivência apostólica tornaram as idéias claras, simples, que fluem sem fórmulas de cortesia e, por isso mesmo, são delicadas e bem postas. Ele sabe ver as duas margens do rio. Disse-lhe que era contrário a levar a reserva ianomami até o limite da fronteira, essa linha invisível que Miguel Torga dizia que carrega um sentimento de pátria à menor flor ali existente, mesmo adormecida. Seria um crime contra o Brasil legar ao futuro um problema dessa magnitude. Questionou-me d. Ivo, sem juízo de valor: "Recomendação de órgãos de segurança?". Respondi-lhe: "Não, d. Ivo, conselho do barão do Rio Branco".

Rio Branco, depois de 30 anos de Europa, viu que as grandes guerras nasciam dos conflitos de fronteira. Aqui chegou com a determinação de eliminá-los. O Brasil tem fronteiras com dez países. Mais do que o Brasil só a China e a URSS. Mas nenhuma zona de contestação. Ele costurou habilmente, meticulosamente, o problema. As vezes com malícia. Deu a Nabuco o osso perdido da Guiana, guardou para si os loiros do laudo suíço que nos legou o Amapá. Como, agora, perder a visão do futuro? A história não perdoaria um erro desse tamanho, e crasso.

Quanto aos ianomamis e mayongongs, nosso dever é protegê-los, conservá-los, ajudá-los a evitar e a diminuir suas desgraças. Essa tarefa tem que ser feita com paixão e coragem, mas nada tem a ver com a ampliação da reserva à faixa de fronteira, até mesmo porque, aí, não existe nenhum ianomami, a não ser na cabeça dos senadores americanos, para nos dar dor de cabeça. Ouçamos o conselho do barão do Rio Branco: com fronteiras não se brinca!

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.